



CADERNOS INTERNACIONAIS DA CUT
Volume 1

Crise na Europa

Impacto para a classe trabalhadora



CUT®
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J35c Jansen, Bertram

Crise na Europa : impactos para classe trabalhadora / Bertram Jansen – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2014.
28 p.

Tradução de: Jeanine Judite Will.
ISBN 978-85-89210-41-6

1. Trabalho. 2. Classe trabalhadora. 3. Europa - Desemprego. 4. Europa - Trabalhadores. 5. Europa - Crise econômica.

CDU 338.124.4(4)

CDU 331:338.124.4(4)

CDD 337

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)

CADERNOS INTERNACIONAIS DA CUT
Volume 1

Crise na Europa

Impacto para a classe trabalhadora

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Direção Executiva Nacional - CUT Brasil Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Adm. e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Adm. e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Artur Henrique da Silva Santos

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Antônio Lisboa Amâncio do Vale

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa de Deus

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes



Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 6 |
| 1. Não há “uma única” crise | 8 |
| 2. Não há “uma única” Europa | 10 |
| 3. Não há “um único” impacto | 14 |
| 4. Ideologia dominante | 22 |
| 5. Há “um” motivo principal para a crise: a luta de classes | 24 |



Apresentação

Apresentamos a vocês o primeiro Caderno Internacional da CUT, organizado pela Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores, com o intuito de estimular o debate sobre temas internacionais de interesse para a classe trabalhadora com maior profundidade.

Este primeiro volume que lançamos discutirá a Crise na Europa e o impacto para a classe trabalhadora. Nele, buscaremos responder algumas questões sobre a crise na Europa, mas, como vocês irão perceber ao longo da leitura, responder exatamente qual foi o impacto para a classe trabalhadora não é simples. Afinal, não é somente “uma” crise, “uma” Europa e “um” impacto.

O caderno está dividido em capítulos que mostram estas diferenças. O primeiro capítulo aborda que não é “uma única” crise. O segundo explora que não é “uma única” Europa. E o terceiro - que não é “um único” impacto para a classe trabalhadora. O quarto capítulo discute a questão da ideologia dominante e, o último, encerra com uma reflexão sobre o principal motivo desta crise: a luta de classes.

A CUT desenvolve em conjunto com a Secretaria de Formação da CUT e UNICAMP um curso que discute Políticas e Sindicalismo Internacionais (PSI) e também participa de outras iniciativas de discussão



sobre formação e temas internacionais, como a Universidade Global do Trabalho (GLU) e outros espaços, como os da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) e da Confederação Sindical Internacional (CSI).

Os Cadernos Internacionais da CUT não são materiais específicos dos cursos PSI ou da GLU, mas fazem parte da estratégia da CUT de construir e socializar conhecimento, além de preparar quadros para fortalecer a ação da CUT no Brasil e no mundo, e na disputa da hegemonia na sociedade por meio de um projeto CUTista de desenvolvimento sustentável.

Os Cadernos estarão disponíveis em versões eletrônicas no site da CUT (www.cut.org.br), mas poderão ser impressos por vocês leitores/as, caso haja interesse.

Desejamos uma boa leitura e esperamos que este possa ser mais um instrumento na luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho.

Saudações CUTistas,

João Antonio Felício
Secretário de Relações Internacionais

Parte 1

Não há “uma única” crise



Kote Rodrigo/EPA/Creative Commons



Para entender o impacto da crise sobre a classe trabalhadora europeia, primeiramente é importante desconstruir “a” crise em diferentes fases. Cada fase tem distintos impactos sobre a classe trabalhadora europeia. Além disso, a percepção das causas da crise da elite política na Europa tem mudado ao longo do tempo, originando diferentes tipos de respostas políticas, já que, no início, as medidas anticrise eram favoráveis às questões trabalhistas e têm sido abertamente hostis a elas desde 2010.

| ANO | FASE | PERCEÇÃO DA ELITE POLÍTICA | RESPOSTA POLÍTICA |
|-------------|----------------------------|---|---|
| 2008 | Crise financeira | Colapso do setor financeiro ameaçou a economia real | Cada país abandonou/salvou seus próprios bancos |
| 2009 | Primeira recessão | Queda temporária do poder aquisitivo, da confiança do consumidor e da oferta de crédito devido à crise financeira | Medidas anticrise favoráveis às questões trabalhistas. Aumento dos gastos do governo com programas sociais e seguridade social. Objetivo: manter emprego e renda |
| 2010 | Crise da dívida do governo | Crise como consequência de mais gastos do que arrecadação por parte dos governos | Redução da dívida do governo através de medidas de austeridade. Cortes no orçamento da seguridade social, aposentadoria, saúde e educação. Flexibilização dos processos de contratação e demissão. Regressão das leis trabalhistas. |
| 2012 - 2013 | Segunda recessão | Sim, programas de austeridade contribuíram em parte para a segunda recessão. Contudo, isso é um “mal necessário” para superar a crise | Continuação da austeridade |

Parte 2

Não há “uma única” Europa



Kote Rodrigo/EPA/Creative Commons



A pesar de 17 países da União Europeia formarem uma união monetária por compartilharem uma mesma moeda, eles não formam uma união política. Suas políticas sociais e econômicas diferem enormemente, assim como seu nível de desenvolvimento econômico. Por isso, na literatura, é possível encontrar uma distinção entre o “núcleo” e a “periferia” da União Europeia. De maneira simplificada, o “centro” é composto por países do Noroeste da Europa e a “periferia” por países do Sul e da Europa Oriental. No entanto, neste caderno, vamos nos concentrar em países “periféricos” do Sul da Europa que fazem parte da zona euro.



Uma diferença importante entre os países do “centro” e da “periferia” diz respeito às suas estratégias de crescimento econômico e às políticas econômicas.

| CENTRO | PERIFERIA |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de crescimento liderada pelas exportações • Fortes estruturas internas de produção • Aumento da competitividade através da moderação salarial e flexibilização do mercado de trabalho • Superávit: maior exportação do que importação • Elevado nível de poupança | <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de crescimento liderada pela dívida • Fracas estruturas internas de produção • Afluxo enorme de capital estrangeiro para impulsionar o crescimento econômico • Investimento em bolhas de crédito e habitação • Déficit: importações maiores do que as exportações |



Os países do “centro” têm uma estratégia de crescimento liderada pelas exportações, construída, possivelmente, por suas fortes estruturas internas de produção e pela competitividade dos seus setores de exportação. Essa estratégia levou a um superávit comercial e níveis de poupança relativamente altos. No entanto, para essa competitividade, o trabalho vem pagando seu preço. Por exemplo, na década anterior à crise, os salários reais na Alemanha diminuíram e, nos últimos 20 anos, o setor de baixos salários e de trabalho precário aumentaram substancialmente na Alemanha.

Os países da “periferia” têm estruturas internas de produção relativamente fracas. Como consequência, suas indústrias não têm a competitividade internacional para impulsionar a economia através das exportações. Ao mesmo tempo, esses países têm de importar os produtos que querem consumir. Isso significa que gastam mais do que arrecadam, o que gera dívidas. Estas circunstâncias os levaram a adotar uma estratégia de crescimento da dívida, o que significa que contaram com as entradas de capital estrangeiro para estimular investimentos, emprego e crescimento econômico. Infelizmente, esses fluxos de capital foram frequentemente aplicados de forma especulativa, o que gerou investimentos imobiliários e bolhas de crédito. Quando essa bolha estourou, as consequências para a classe trabalhadora nesses países foram enormes, como veremos na próxima seção.

Estas diferenças nas estratégias de crescimento econômico têm dado origem a desequilíbrios econômicos insustentáveis dentro de uma zona monetária única (a do euro). Por um lado, você pode encontrar países com enormes superávits no “centro” e, por outro, países com enormes déficits na “periferia”. Portanto, alguns argumentam que não era uma questão de se a Europa seria atingida por uma crise, mas sim, *quando*.

- A “periferia” fez a estratégia econômica do “centro” funcionar através da importação dos seus produtos.



- O “centro” fez a estratégia econômica da “periferia” funcionar através do financiamento de suas bolhas.
- Resultado: grandes superávits no “centro” e enormes déficits na “periferia”.
- As estratégias econômicas do “centro” e da “periferia” pareciam ser complementares por um tempo enquanto o setor financeiro desregulamentado injetava enormes quantias de dinheiro na “periferia”.
- Esta era a causa até a bolha financeira estourar.

Quando a bolha financeira estourar, não demorou muito até que, especialmente, as economias lideradas pelas dívidas implodissem. A seiva vital dessas economias, os fluxos de capital estrangeiro, foi cortada abruptamente quando instituições financeiras do “centro” estavam prestes a falir. Subsequentemente, os países do “centro” perderam seus principais mercados de exportação. Em outras palavras, o estouro da bolha financeira expôs os desequilíbrios econômicos da zona do Euro. Além disso, por conta da maioria das dívidas dos países da “periferia” terem sido adquiridas por grandes bancos e instituições financeiras de países do “centro”, uma possível falência da Grécia também ameaçou as economias alemã e holandesa. Isso poderia desencadear um efeito dominó.



Parte 3

Não há “um único” impacto



Kote Rodrigo/EPA/Creative Commons



A classe trabalhadora da “periferia” foi atingida com muito mais força do que a classe trabalhadora do “centro”. Vejamos alguns indicadores para avaliar o impacto da crise em geral e as diferenças de impacto entre o “centro” e “periferia” mais especificamente.

IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS

As maiores dívidas do governo na “periferia”

| | |
|----------|---------------|
| Grécia | 152.6% do PIB |
| Itália | 127.3% do PIB |
| Portugal | 120.3% do PIB |
| Irlanda | 117.0% do PIB |

No mesmo período (terceiro de 2012), as dívidas de governo dos países do “centro” estavam em torno de 100% na Bélgica, 80% na Alemanha e 70% nos Países Baixos e na Áustria. A dívida média do governo nos 27 Estados-membros da União Europeia foi de cerca de 85% e nos 17 países que adotaram o euro foi de cerca de 90% (Eurostat 2013).

IMPACTO NO DESEMPREGO

A diferença de impacto da crise sobre as classes trabalhadoras da “periferia” e do “centro” é mais clara quando verificamos as taxas de desemprego (novembro/2012).

| | | | |
|---------------|------|----------|-------|
| Áustria | 4.5% | Espanha | 26.6% |
| Luxemburgo | 5.1% | Grécia | 26% |
| Alemanha | 5.4% | Itália | 11.1% |
| Países Baixos | 5.6% | Portugal | 16.3% |

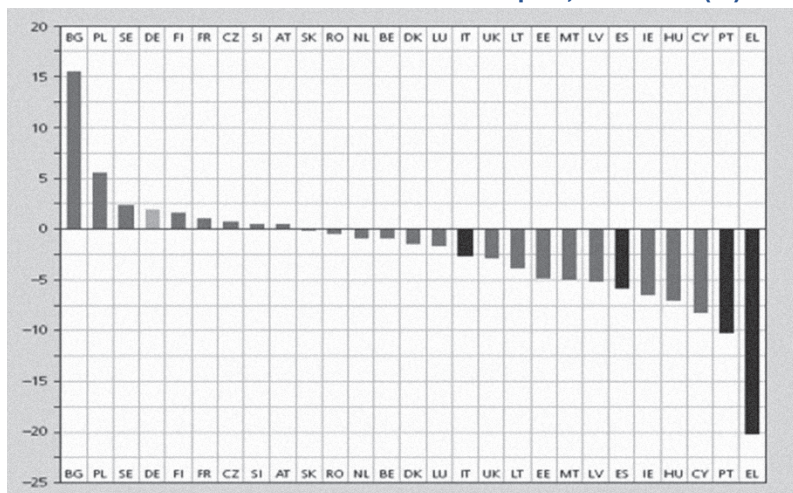
No mesmo período, a taxa média de desemprego nos 27 Estados-membros da União Europeia foi de 10,7% e nos 17 países que adotaram o euro 11,8% (Eurostat 2013).



Poder aquisitivo (salário real)

Desde 2010, o poder aquisitivo dos trabalhadores caiu em 18 dos 27 Estados-membros da União Europeia. No entanto, é importante mencionar que embora os salários reais tenham aumentado na década anterior à crise, eles não aumentaram de acordo com o aumento da produtividade. Isso só aconteceu em menos de cinco países da UE.

Desenvolvimento dos salários na União Europeia, 2010-2012 (%)



Fonte: Busch, K., Hermann, C., Hinrichs, K., and Schulten, T. 2013)

Pensões

É muito difícil traçar um panorama do impacto da crise sobre as pensões da classe trabalhadora europeia. A União Europeia é composta por 27 Estados-membros, com diferentes sistemas de pensões e níveis de benefícios. Contudo, não parece haver uma clara diferença em relação ao impacto da crise sobre os fundos de previdência privada e planos de pensões dos governos.

| | FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA | PLANOS DE PENSÕES DOS GOVERNOS |
|-------------------------------------|---|---|
| Método de financiamento | Regime de capitalização Contribuições atuais são poupadas e investidas num fundo de pensão, a fim de financiar as pensões futuras. | Regime de repartição Contribuições da população ativa são imediatamente transferidas para os atualmente aposentados. |
| Impacto da crise | Duramente atingidos pela crise. Especialmente, fundos que investiram mais de um terço dos seus ativos em ações. Recuperaram a maior parte de suas perdas em 2009-2010. Mas, ainda em perigo por conta da queda nos lucros, das baixas taxas de juros e do envelhecimento da população. | Menos afetados a curto prazo. Porém, podem estar em perigo a longo prazo se a estagnação econômica for persistente. Se o desemprego continuar em ascensão e as receitas governamentais em queda, os governos gastarão mais do que arrecadam. Isso pode levar a cortes no orçamento. |
| Consequências para os trabalhadores | Cortes ou congelamentos nas pensões. | Queda no pagamento de pensões pelo Estado. |



Seguridade social

No que diz respeito à seguridade social, a mudança de perspectiva das causas da crise da elite política na Europa pode ser claramente observada.

- Na primeira fase da crise (2008-2009), os gastos do governo aumentaram para manter a renda e a estabilidade no trabalho.

Por exemplo, através de: regimes de trabalho por tempo determinado e subsidiados, apoio a trabalhadores demitidos (através de aconselhamento, retraining e recolocação no mercado de trabalho), programas de formação subsidiados, contratos de trabalho subsidiados para jovens trabalhadores e aumento de possibilidades de aposentadoria antecipada (em vez do desemprego).

- Na segunda fase (2010 - 2013), orçamentos foram cortados como parte dos pacotes de austeridade.

Por exemplo, através de: restrições no seguro-desemprego, queda no pagamento de pensões pelo Estado, cortes/congelamentos nas pensões, aumento da idade para aposentadoria, cortes no orçamento dos serviços públicos (de educação e saúde - por exemplo), privatizações.

Regressão das Leis Trabalhistas

Além das consequências diretas da crise (como o desemprego, a queda dos salários), a classe trabalhadora europeia também vem sofrendo consequências mais indiretas, como em termos de declínio na proteção de direitos trabalhistas. Três tipos de regressão das leis de trabalho podem ser encontrados na Europa:



- Alterações na jornada de trabalho:

Ampliando as horas extras (República Checa e Lituânia) e reduzindo o pagamento das horas extras (Portugal).

- Alterações nas regras concernentes a trabalho atípico:

Estendendo a duração máxima dos contratos por tempo determinado (República Checa, Portugal, Romênia e Espanha). Aumento do número máximo de renovações desses contratos (República Tcheca, Portugal, Romênia e Espanha). Criação de novos tipos de contratos (por exemplo, na Grécia: contratos precários para os jovens trabalhadores).

- Alterações nas regras de demissão:

A fim de aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho, a demissão de trabalhadores tem sido cada vez mais fácil, o que se supõe ser benéfico para restaurar o crescimento econômico (por exemplo, na Estônia, na Grécia, no Reino Unido e na Romênia). A obrigação do empregador de informar e consultar os representantes dos trabalhadores em caso de demissão coletiva foi enfraquecida (Espanha). A obrigação de o empregador estabelecer um plano social em caso de demissão coletiva foi reduzida (Romênia e Reino Unido). Verbas rescisórias (República Checa) e indenizações acarretadas por demissões (Portugal e Espanha) foram reduzidas.

Negociação Coletiva e Relações Industriais

Outra consequência indireta da crise sobre as classes trabalhadoras na Europa diz respeito à negociação coletiva e às relações industriais.

A crise reforçou duas tendências a este respeito, que já foram observadas na Europa nos últimos 20 anos:



- Aumento da negociação orientada pela competição: hoje em dia os sindicatos tendem a negociar emprego em vez de aumentos salariais moderados enquanto que, no passado, eles negociavam aumentos salariais reais em vez de trabalho mais produtivo.

- Aumento da descentralização da negociação coletiva: de nível nacional ou setorial para a empresa, para facilitar a negociação orientada pela competição.

Essas mudanças nas relações industriais e nos processos de negociação coletiva comprometem a representatividade sindical e a ação comercial em todos os níveis. Este foi o caso, especialmente, na Grécia, na Itália, em Portugal e na Espanha. Até recentemente, esses países tinham uma estrutura altamente desenvolvida de acordos setoriais, com extensões gerais do governo e uma cobertura entre 80 e 90%. No entanto, a crise foi usada para prejudicar seriamente o poder sindical. A negociação coletiva foi radicalmente descentralizada, resultando numa erosão do acordo setorial coletivo. Esta mudança de política salarial para o nível da empresa pode levar a uma transformação radical da política salarial e uma queda na cobertura.

As forças motrizes por trás dessas mudanças são a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que exigem reformas estruturais em troca de apoio financeiro para esses países.





Parte 4

Ideologia dominante



Kote Rodrigo/EPA/Creative Commons



A combinação política neoliberal da União Europeia: austeridade permanente

| | |
|---|--|
| <p>Política monetária</p> <p>Nas mãos do Banco Central Europeu que somente considera a estabilidade de preços;</p> <p>Objetivo: taxa média de inflação de 2% em toda a zona do euro;</p> <p>Ignora o efeito de desemprego de suas políticas;</p> <p>Recusa-se a prevenir pró-ativamente bolhas de crédito e habitação.</p> | <p>Política fiscal</p> <p>Países da EU que adotaram o euro são obrigados a refazer seus critérios;</p> <p>Máximo para déficit orçamentário: 3% do PIB;</p> <p>Máximo para déficit do governo: 60% do PIB;</p> <p>Critérios aplicados a todos os países da zona do euro independentemente de sua situação econômica.</p> |
| <p>Política industrial</p> <p>Quase impossível para governos individuais de países da EU;</p> <p>A EU é um assim chamado mercado único;</p> <p>A concorrência justa deve ser assegurada neste mercado;</p> <p>Subsidiar indústrias domésticas constituiria uma violação da concorrência justa.</p> | <p>Reformas estruturais</p> <p>Assim, as políticas monetária, fiscal e industrial dificilmente podem ser usadas para impulsionar as economias domésticas;</p> <p>O único instrumento de política que resta para impulsionar o crescimento econômico são as reformas estruturais;</p> <p>Aumento da competitividade internacional através do aumento da flexibilidade dos salários, do mercado de trabalho e da mobilidade do capital.</p> |



Parte 5

Há “um” motivo principal para a crise: a luta de classes



Neil Cummings/ Creative Commons



Diminuição da distribuição da renda do trabalho

- Aumento do salário real não é proporcional ao aumento da produtividade;
- Os trabalhadores recebem a menor fatia dos lucros;
- Por isso, os trabalhadores não tinham poder de compra para impulsionar a economia de seus países. Uma estratégia alternativa para o crescimento econômico era necessária.

Aumento das margens de lucro

- As empresas ficavam com a maior fatia: aumento das margens de lucro;
- No entanto, devido a uma excessiva orientação de valor para os acionistas, esses lucros foram obtidos, principalmente, pelo setor financeiro;
- Resultado: diminuição dos investimentos no setor produtivo.

Resposta política no “centro”

- Desde que o quadro político neoliberal excluiu a possibilidade de uma estratégia de crescimento liderada pela renda, esses países adotaram uma estratégia de crescimento liderada pelas exportações;
- Resultado: mais emprego, mas de natureza cada vez mais precária.

Resposta política na “periferia”

- Desde que o quadro político neoliberal excluiu a possibilidade de uma estratégia de crescimento liderada pela renda, esses países adotaram uma estratégia de crescimento liderada pela dívida;
- Resultado: uma classe trabalhadora endividada que sofre com altos índices de desemprego e com perdas salariais.



Neil Cummings/ Creative Commons

Finalmente, há apenas uma solução para a crise...

26 Cadernos Internacionais da CUT - Volume 1



Trabalhadores uni-vos!

CRISE NA EUROPA - Impacto para a classe trabalhadora 27



Referências

Não há “uma única” crise

- Natali, D. (2010). The Lisbon Strategy, Europe 2020 and the crisis in between. In: Marlier, E. and Natali, D. (eds.), *Europe 2020. Towards a More Social EU?* Brussels: P.I.E. Peter Lang S.A., 93-114.
- Önanan, O. (2011). From wage suppression to sovereign debt crisis in Western Europe: who pays for the costs of the crisis? *International Journal of Public Policy*, 7(1), 51-69.

Não há “uma única” Europa

- Becker, J., and Jäger, J. (2011, May). From an economic crisis to a crisis of European integration. In: IIPPE Conference “*Neoliberalism and the crisis of economic science*”. Istanbul, 20-22.
- Hein, E., Truger, A., and Van Treeck, T. (2011). The European financial and economic crisis: Alternative solutions from a (Post-) Keynesian perspective. *IMK Working Paper, Nr. 9/2011*. Düsseldorf.
- Önanan, O. (2011). From wage suppression to sovereign debt crisis in Western Europe: who pays for the costs of the crisis? *International Journal of Public Policy*, 7(1), 51-69.
- Busch, K., Hermann, C., Hinrichs, K., and Schulten, T. (2013). *Euro crisis, austerity policy and the European Social Model. How crisis policies in Southern Europe threaten the EU's Social Dimension*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Não há “um único” impacto

Impact on public finance

- Eurostat (2013). Euro area and EU27 government debt nearly stable at 90.0% and 85.1% of GDP respectively. *Eurostat newsrelease euroindicators*, 12-2013.

Impact on unemployment

- Eurostat (2013). Euro area unemployment rate 11.8% EU 27 at 10.7%. *Eurostat newsrelease euroindicators*, 4/2013.

Purchasing power (real wages)

- Busch, K., Hermann, C., Hinrichs, K., and Schulten, T. (2013). *Euro crisis, austerity policy and the European Social Model. How crisis policies in Southern Europe threaten the EU's Social Dimension*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Pensions

- Natali, D. (2011). Pensions after the financial and economic crisis: a comparative analysis of recent reforms in Europe. *European Trade Union Institute Working Paper* 2011.07. Brussels.



Social security

- Wagner, N. (2011) Financing social security-business as usual? *European Trade Union Institute Working Paper, 2011.09*. Brussels.
- Önanan, O. (2011). From wage suppression to sovereign debt crisis in Western Europe: who pays for the costs of the crisis? *International Journal of Public Policy*, 7(1), 51-69.
- Vis, B., van Kersbergen, K., & Hylands, T. (2011). To what extent did the financial crisis intensify the pressure to reform the welfare state? *Social Policy & Administration*, 45(4), 338-353.

Regression of Labour Laws

- Clauwaert, S., and Schömann, I. (2012). The crisis and national labour law reforms: a mapping exercise. *European Trade Union Institute Working Paper, 2012.04*. Brussels.

Collective bargaining and industrial relations

- Clauwaert, S., and Schömann, I. (2012). The crisis and national labour law reforms: a mapping exercise. *European Trade Union Institute Working Paper, 2012.04*. Brussels.
- Glassner, V., Keune, M., and Marginson, P. (2011). Collective bargaining in a time of crisis: developments in the private sector in Europe. *Transfer: European review of labour and research*, 17(3), 303-322.
- Busch, K., Hermann, C., Hinrichs, K., and Schulten, T. (2013). *Euro crisis, austerity policy and the European Social Model. How crisis policies in Southern Europe threaten the EU's Social Dimension'*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Ideologia dominante/Há “um” motivo principal para a crise: a luta de classes

- Becker, J., and Jäger, J. (2011, May). From an economic crisis to a crisis of European integration. In: IIPPE Conference “Neoliberalism and the crisis of economic science”. Istanbul, 20-22.
- Hein, E., Truger, A., and Van Treeck, T. (2011). The European financial and economic crisis: Alternative solutions from a (Post-) Keynesian perspective. IMK Working Paper, Nr. 9/2011. Düsseldorf.
- Önanan, O. (2011). From wage suppression to sovereign debt crisis in Western Europe: who pays for the costs of the crisis? *International Journal of Public Policy*, 7(1), 51-69.
- Önanan, O. (2013). Planet Earth is Wage-Led! *Global Labour Column*, Number 129.
- Busch, K., Hermann, C., Hinrichs, K., and Schulten, T. (2013). *Euro crisis, austerity policy and the European Social Model. How crisis policies in Southern Europe threaten the EU's Social Dimension'*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung.



EXPEDIENTE

Organização

João Antonio Felício
Secretário de Relações Internacionais

Coordenação

Clair Siobhan Ruppert

Textos

Bertram Jansen

Tradução (do inglês)

Jeanine Judite Will

Edição

Secretaria Nacional de Comunicação

Projeto Gráfico e Diagramação

MGiora Comunicação

São Paulo, fevereiro de 2014.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575, Brás
São Paulo – SP – CEP 03041-000
Tel.: (55 0XX 11) 2108.9200 / 9201

www.cut.org.br

Facebook:/CUTBrasil

Twitter: /cutnacional

Youtube: /secomcut

Instagram: /cutbrasil



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-89210-41-6



9 788589 210416



Rua Caetano Pinto, nº 575

Brás • São Paulo/SP

CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

